



MEMÓRIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2022

Aos três dias do mês de junho de 2022, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 50ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2022. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Controladoria-Geral da União – CGU, Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR, Ministério Público do Paraná – MPPR, Observatório Social do Brasil – OSB, Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, Tribunal de Contas da União – TCU, Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJ/PR e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

Maurício Kalache (MPPR), como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, agradeceu ao **Luiz Gustavo Andrioli (TCU)** pela brilhante condução da reunião passada, que teve uma pauta municipalista interessante. Cumprimentou os representantes do TJ/PR, que recentemente aderiu à Rede. Preliminarmente, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação da Ata da 49ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena. Após, passou para o tema da pauta que foi provocada pela **Vivianéli Prestes (TCE/PR)** acerca da importância de incluir o tema controle interno na Rede. Assim, disse que foi feita uma reunião técnica de como apresentar o referido tema ao Colegiado. Controle interno é um assunto recorrente em várias iniciativas das instituições presentes na Rede, como: ação dos portais dos municípios, o GEPATRIA, Controla PR, Força Tarefa Cidadã e e-Prevenção. Todas essas iniciativas poderiam ser vistas como um produto a ser entregue pela Rede, no sentido de fomentar e aprimorar os sistemas de controle interno dos municípios paranaenses. Além disso, as instituições federais e estaduais devem ter generosidade com os municípios, que é o grande prestador de serviços, considerando que os dois primeiros níveis de governo têm melhor organização, estruturação e até mesmo orçamento, possibilitando maior capacitação profissional. Há várias possibilidades de incentivar os controles internos municipais: identificar municípios com controle interno estruturado; estimular encontros entre os controles internos dos municípios, visando criar um fórum permanente para crescerem; e apoiar iniciativas para que eles integrem a Rede, pois um fórum é uma associação de iguais e a rede é interinstitucionais. Essa missão de fortalecer os municípios com seus controles internos é muito clara. Após essa introdução, abriu para debate do tema e para apresentação do status do e-Prevenção e do projeto da CGE, Controla PR.

Vivianéli Prestes (TCE/PR), primeiramente, agradeceu a recepção da ideia pelo **Maurício Kalache (MPPR)**. Elencou algumas iniciativas já existentes no âmbito do TCE e sente que realmente há falta de fortalecimento por parte das instituições para com os municípios. Eles atendem às solicitações individualizadas, mas não estão organizados. Não há uma cultura estabelecida. Explanou que existe essa necessidade de fornecimento de meios para fortalecer os municípios.

Maurício Kalache (MPPR) abriu a fala para os colegas que quiserem falar sobre o assunto.

Bruno Galatti (MPPR) se mostrou interessado com a explanação de **Vivianéli Prestes (TCE/PR)** das dificuldades dos controles internos municipais. Concorda que os setores são criados, mas sem capacitação e estrutura. Assim, deixou duas possibilidades de encaminhamento: (i) prestar auxílio para sindicância patrimonial e regularização de apresentação da declaração de imposto de renda; e (ii) chamar a atenção na área de compras, levantamento se tem comissão, pessoal capacitado, qualificação, entre outros requisitos.

Thiago Martini (TJ/PR) rememorou uma cartilha de fácil usabilidade do TCE sobre controle interno, mas que necessita de atualização. Afirmou a dificuldade dos controles internos em terem autonomia e independência e que, muitas vezes, são usados como setor consultivo jurídico.

Mauricio Cardoso (TJ/PR) falou do trabalho intenso realizado pelo TJ no sistema de controle interno. Considera como uma boa prática para o fortalecimento a criação das redes locais. Com um levantamento das necessidades dos municípios, a Rede pode se reunir e em conjunto disponibilizar capacitações.

Maurício Kalache (MPPR) elogiou a modernização do sistema de controle do TJ. Disse que gostaria de apresentá-lo ao MPPR. Também, enfatizou a importância em dar apoio aos órgãos municipais, fornecendo suportes que permitam o empoderando para que o controle interno possa exercer o seu papel.

Marilis Bortot Pirotelli Molinari (CGE/PR) lembrou que ao constituir o Controla PR, através de convites para os responsáveis pelos controles internos municipais, outras esferas

pediram para participar, como: Assembleia e Tribunal de Justiça. Acredita que com o apoio da Rede será possível aumentar o escopo de atuação do Controla PR e promover um intercâmbio de informações mais profunda.

Roni Enara Rodrigues (OSB), através de manifestação no chat, informou que os controladores internos de alguns municípios sentem a falta de valorização e entendimento da função, tanto pelo gestor quanto pelos servidores das unidades. Deixou uma sugestão para a Rede de promover campanha educativa.

Luiz Gustavo Andrioli (TCU) valorizou todo o conhecimento de governança e controle interno do **Thiago Martini (TJ/PR)**. Manifestou seu contentamento em ver que a Rede está se aproximando de uma pauta que pode unir esforços de todos os órgãos: ajudar os órgãos municipais a terem independência, autonomia e estrutura, além de esclarecer ao gestor de cada município saber o papel do controle interno.

Carlos Alberto Rambo (CGU) relatou a escassez dos municípios em tecnologia. Lembrou que a CGU tem sistemas gratuitos e que, por muitas vezes, os municípios acabam contratando sistemas que não são efetivos. Reforçou a importância de integração entre os sistemas federal, estadual e municipal. Falou do Programa Time Brasil que tem por objetivo auxiliar os municípios na área de controle, correição e ouvidoria.

Maurício Kalache (MPPR) destacou que o rol de sistemas citados ajudaria em muitos pontos. Aproveitou para relatar sua experiência no evento de capacitação de Maringá, com dois dias de agendas intensas de conteúdo, onde foi possível vivenciar que essa potencialização dos controles internos municipais é uma demanda reprimida.

Demian Bianchi Bertozzi (CGU) corroborou com a manifestação. Falou do salto que o município de Maringá vem dando na área de gestão pública. Realmente, foi o primeiro evento de capacitação de municípios nessa temática. Foi nessa oportunidade, inclusive, que Guarapuava aderiu ao Time Brasil após apresentação realizada no evento. Sentiu que a demanda de apoio aos municípios ainda é reprimida, destacando a importância de descentralizar os conhecimentos aos municípios. Colocou-se à disposição para ajudar nessa ação.

Maurício Kalache (MPPR) sintetizou a ideia: fazer uma abordagem em várias camadas, sendo uma delas o apoio ao Controla PR, ajudando a impulsionar a ação.

Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR) apresentou o importante programa Controla PR, capitaneado pela CGE e determinada pelo Governador do Estado, visando o fortalecimento dos controles internos. A atual gestão, decidiu primeiro fortalecer a CGE no ano de 2019 para assim poder disseminar as boas práticas adotadas às prefeituras. Porém, em 2020, por ser um ano eleitoral e um momento sensível da pandemia, o programa ficou adormecido. No ano seguinte, foi instituída a política e realizada um encontro virtual com os controladores internos municipais para apresentar o objetivo do Controla PR. Nessa ação a CGE está colocando à disposição de todos os municípios que aderirem capacitação e ferramentas tecnológicas, pois tira a pessoalidade do processo e afasta a subjetividade do procedimento. Confessou que esperava ter maior adesão, porém entende que é o início de uma grande ação.

Maurício Kalache (MPPR) afirmou que as iniciativas dialogam perfeitamente. Sugeriu de a Rede “patrocinar” o programa Controla PR, como foi feito com o E-Prevenção.

Marilis Bortot Pirotelli Molinari (CGE/PR) externou interesse da CGE no patrocínio e no apoio que os membros do Colegiado poderão trazer ao Controla PR.

Luciano Cassio de Souza (TCU) relatou os níveis de adesão por esfera: 90% federal, 96% estadual e 82% municipal (prefeituras e câmaras). O foco agora é as novas adesões no residual municipal, 88 prefeituras e 72 câmaras. Tentar outros canais para motivar a adesão ao PNPC. Destacou o apoio dos GEPATRIAs como uma boa prática, em que foi possível usar da pulverização que o MPPR tem em todos os municípios. O sistema e-prevenção está em constante evolução, a recente atualização foi a ferramenta que permite as controladorias conhecerem a evolução de suas unidades vinculadas, permitindo acesso ao relatório de diagnóstico e ao roteiro de atuação. Divulgou o próximo evento que ocorrerá em 15 de junho, que apresentará um dos mecanismos do diagnóstico na gestão da ética e da integridade. Destacou, que além desses eventos nacionais, as Redes podem focar em eventos de capacitação avaliando os pontos sensíveis e disponibilizando cursos para as áreas específicas, como por exemplo: modelo de código de ética.

Marilis Bortot Pirotelli Molinari (CGE/PR) aproveitou para esclarecer como funciona o módulo da controladoria.

Luciano Cassio de Souza (TCU) informou que é necessário que os órgãos deem o aceite no acesso.

Marilis Bortot Pirotelli Molinari (CGE/PR) complementou que teve um levantamento há um tempo pela CGE dos municípios que possuem Controladorias instituídas e, assim que possível, compartilharia as informações.

Maurício Kalache (MPPR) parabeniza a adesão do Estado do Paraná, que teve um sucesso absoluto. Acredita que essa sobra se deve à falta de pessoal para preencher e entender o sistema. Reforçou a necessidade de induzir as adesões dos órgãos e, uma vez formada esse fórum de controles internos municipais, estimular a formação das redes municipais.

Carlos Alberto Rambo (CGU) enalteceu o projeto. E, aproveitou para reforçar o sistema da união, Fala BR, que trata de diversos assuntos de ouvidoria. Ao haver integração entre os sistemas usados nos poderes, o encaminhamento e resolução dessas questões acabam sendo mais céleres. Reforçou que há disponível treinamento EAD para a plataforma.

Maurício Kalache (MPPR) colocou em votação o apoio da Rede ao Controla PR, que foi aprovada pela unanimidade. Disse que encaminhará um expediente oficializando o apoio, e já solicitou manifestação de interesse de quem participará do grupo de trabalho para apresentar um cronograma de trabalho com as etapas e prazos na próxima reunião. Ficaram designados: **Maurício Kalache (MPPR)**, **Luiz Gustavo Andrioli (TCU)**, **Luciano Cassio de Souza (TCU)**, **Mauricio Cardoso (TJ/PR)**, **Vivianéli Prestes (TCE/PR)**, **Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR)**, **Demian Bianchi Bertozzi (CGU)** e **Ney da Nobrega Ribas (OSB)**.

Bruno Galatti (MPPR) visualiza dois momentos nessa ação: (i) entendimento e proposta de ação; e (ii) conhecimentos pelos controladores de suas responsabilidades.

Maurício Kalache (MPPR) disse que estruturará uma reunião entre os membros, tendo em vista que terão dois meses para trabalhar em cima das ideias propostas. Para finalizar, abriu a palavra para os relatórios das Comissões Permanentes.

Leonardo Dumke Busatto (MPPR) informou que a Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social não realizou reunião nesse período, porém vem acompanhando as discussões da Secretaria Executiva e do E-Prevenção. Aproveitou a oportunidade para falar do Projeto Acelera PR que está aguardando algumas informações do TJ e do TCE para dar continuidade nas ações. Mencionou sobre um projeto do TJ para acelerar a judicialização das obras paralisadas. Considerando as diversas frentes de trabalho, a ideia é unificar as iniciativas e trabalhar conjuntamente.

Bruno Galatti (MPPR) relatou que a Comissão Permanente de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência está realizando apresentações dos órgãos sobre a aplicabilidade da LGPD, havendo muita troca de experiências. Por último, foi um bate papo com a equipe da JUCEPAR. Por fim, externou seu sentimento de necessidade de facilitar troca de informações entre os órgãos estaduais. E, deixou aberta a possibilidade de os órgãos firmarem termos de cooperação na área de inteligência da informação com o MPPR.

Maurício Kalache (MPPR) agradeceu a presença de todos e finalizou se mostrando satisfeito com o andamento da reunião e as experiências trocadas. Acredita que tudo isso trará bons frutos para a sociedade.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES			
nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Reunir grupo para o Controla PR	MPPR	-